

VIVIAN FRANÇA PAGNO

**PLANO DE AÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
DEMOCRACIA UM COMPROMISSO
COLETIVO**

2017

DEMOCRACIA UM COMPROMISSO COLETIVO

I. IDENTIFICAÇÃO DO DIRETOR

1.1. NOME: Vivian França Pagno

1.2. FORMAÇÃO: Graduação: Normal Superior

Pós-Graduação: Neuropsicopedagogia com ênfase em Educação Especial Inclusiva

1.3. ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua Valmor Zonta,326, bairro Centenário, Jaraguá do Sul/SC

1.4. TELEFONE: (47)99643-3117 (47) 3370-3056

1.5. E-MAIL: vivipagnos@gmail.com

2. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

2.1. NOME: Centro Municipal de Educação Infantil Professora Leonir Pessate Alves

2.2. MUNICÍPIO: Jaraguá do Sul

2.3. ENDEREÇO: Rua João Bachmann, 60 Bairro Ilha da Figueira, Jaraguá do Sul/SC

2.4. NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADOS: Educação Infantil (creche 0 a 3 anos e pré-escola 4 e 5 anos).

2.5. QUANTIDADE DE TURMAS POR ETAPAS E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E TURNO:

Total de turmas por modalidade:

Creche	Pré-escola
06	02

Total de turmas/alunos por etapa:

	Berçário I A	Berçário I B	Berçário II	Maternal I A	Maternal I B	Maternal II	Pré I mat	Pré I vesp
Turmas	01	01	01	01	01	01	01	01
Crianças	14	11	18	16	19	23	20	20

Total de alunos por turno:

Matutino	Vespertino	Integral	Total
----------	------------	----------	-------

37	40	64	141
----	----	----	-----

2.6. QUANTIDADE DE PROFESSORES EM EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA (EFETIVOS E TEMPORÁRIOS):

Professores efetivos: 09

Professores contratados em caráter temporário: 00

2.7. QUANTIDADE DE SERVIDORES:

Diretora: 01

Secretaria:01

Técnica em enfermagem:01

Professores:09

Recreadoras:02

Atendentes de Berçário:01

Auxiliares de sala:06

Merendeiras:03

Serventes:04

Estagiárias ensino superior:02

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A gestão democrática na educação está prevista na constituição Federal do Brasil de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, LDBEN 9.394/96, pressupõe que as relações dentro os espaços educativos devam ser de cooperação, participação de todos os envolvidos na ação educativa.

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL,2007, p.12).

Para Bordignon (1993, p. 85 e 86), a escola:

[...] precisa ser concebida, não mais como organização burocrática, mas como instância de articulação de projetos pedagógicos partilhados pela

direção, professores, alunos e comunidade. Na escola, assim concebida, não há lugar para burocratas, nem súditos. Nela, todos os envolvidos são cidadãos, atores participantes de um processo coletivo de fazer educação. Educação que se constrói a partir de processos, a cidadania e a democracia.

Nessa perspectiva é que cada espaço educativo deve pautar seus sistemas de gestão, utilizando dos mecanismos de democratização, para garantir a participação de toda a comunidade escolar em suas ações.

Com o processo de democratização da gestão, o diretor deixa de ser a figura central, e passa a incluir todos os segmentos do espaço educativo para gerir as demandas deste espaço.

O gestor tem o papel mobilizar a comunidade escolar, buscar parcerias, mediar conflitos e trabalhar as diferenças e garantir todos os processos pedagógicos e administrativos sejam executados de acordo com os preceitos democráticos.

A Educação Infantil por muito tempo foi compreendida como um espaço para a guarda das crianças, sem fins educacionais, porém, esta concepção vem sofrendo mudanças ao longo da história, muitas vitórias foram alcançadas para que as crianças pudessem ter o direito a educação formal, visando a criança como um sujeito de direitos.

A Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, por Ulysses Guimarães, presidente do Congresso Nacional, teve como princípio a luta pelos Direitos Humanos, visando à responsabilidade do Estado. A partir de então, vem-se garantindo o direito à educação das crianças de 0 a 6 anos de idade.

[...] A partir de então, a Educação Infantil em creches e pré- escolas passou a ser, ao menos do ponto de vista legal, um dever do estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, destaca também o direito da criança a este atendimento. Reafirmando essas mudanças a Lei de Diretrizes e Bases Nacional [...] (BRASIL,2006, p.11 V.1).

Portanto, a educação infantil, em 1996, dá um salto, pois o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e o Ministro da Educação, Paulo Ricardo, sancionaram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (*Lei 9.394*). Com a LDB, a Educação Infantil passou a fazer parte da Educação Básica, seguida do Ensino Fundamental e Médio. Segundo o artigo 29, a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

Em 2008, o Ministério da Educação e Cultura estabeleceu um convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), quando se iniciou um estudo em âmbito nacional na área da Infância tendo como foco o currículo da Educação Infantil. Em 17 de dezembro de 2009, publicou-se a resolução que fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil que aponta a criança como “Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja,

aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (DCNEI, 2010, p. 12).

Atualmente, a educação infantil possui sua legitimidade dentro do sistema educacional, onde as funções de educar e cuidar, integram-se na rotina das instituições, e são complementares às ações da família. Os Centros Infantis também são responsáveis pela segurança e guarda das crianças, pelo estímulo e desenvolvimento intelectual.

Tendo em vista a abrangência e a diversidade de papéis e funções que as instituições de educação infantil tem a desenvolver, faz-se necessário que haja um norte, um caminho que oriente pedagogicamente, a forma que a instituição vai agir e pensar sobre concepção de infância, de criança e sociedade.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010) a criança é concebida como “Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”.

Através da interação no contexto da educação coletiva em creches e pré-escolas, as crianças produzem a primeira de uma série de culturas de pares nas quais o conhecimento infantil e as práticas são transformadas gradualmente em conhecimento e competências necessárias para participar do mundo adulto. Em interação com os outros, as crianças constroem-se seres sociais e a isso denomina-se “culturas infantis” (CANAVIEIRA, 2010, p. 31). As culturas infantis (formas de ser, estar, pensar, agir e sentir) específicas da infância, distintas das dos adultos mas interdependentes, caracterizam-se:

- 1) pelo brincar, como atividade social, constituída por formas individuais e coletivas de interpretar o mundo, sendo o brincar a coisa mais séria que as crianças fazem;

- 2) pela fantasia do real que é como as crianças o transpõem e o reconstruem criativamente pelo imaginário. O faz de conta não é dissociado da realidade. Ele é tão real quanto a realidade.

O brincar é a atividade que permite e garante à criança a apropriação da cultura dos objetos e dos fenômenos pelas relações humanas, e, quando se apropria dos conhecimentos da cultura, torna-se também capaz de produzir cultura (SCHNEIDER, 2004).

Vale retomar os conceitos de jogo e brincadeira, expressões fundamentais da vida humana, que embora sempre sujeitas a uma determinada codificação, não se relacionam com ela de maneira rígida, mas sempre de modo aberto, permitindo um constante processo de modificação. O jogo se caracteriza pela fruição, pela liberdade, pela gratuidade, e por ser uma atividade que não tem uma finalidade externa a ela própria. Além disso, o jogo é um espaço no qual se experienciam, de maneira lúdica, diferentes papéis que permitem a exploração de novas formas de relação com o outro, bem como o despertar da fantasia, da imaginação e do ‘faz de conta. (SANTA CATARINA, 2014, p.134)

Se por Culturas Infantis concebem-se formas de ser, estar, pensar, agir e sentir específicas da infância então a Educação Infantil poderia/deveria ser uma excelente oportunidade de vivê-las. Como contexto, como ambiente coletivo, a Educação Infantil, onde as interações se concretizam, promoveria o desenvolvimento das pessoas envolvidas. A brincadeira, como atividade privilegiada, cujas interações possibilitam a construção de significados compartilhados, faz parte do processo de desenvolvimento na infância.

Há ainda uma grande desigualdade nas condições de acesso à Educação Infantil. Uma das causas são as vagas em número insuficiente fazendo com que muitas crianças deixem de ter as oportunidades iguais e não usufruam de um direito já garantido pela Constituição Brasileira desde 1988.

A Educação Infantil, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), tem por objetivo ampliar os conhecimentos e os saberes das crianças, com vistas a promover a igualdade de oportunidades e acabar com a exclusão social. Esse objetivo se materializa através das propostas pedagógicas, que devem dar voz às crianças e acolher a forma de elas significarem o mundo e a si mesmas. Segundo Oliveira (2010):

[...] as formas como as crianças nesse momento das suas vidas vivenciam o mundo, constroem conhecimentos, expressam-se, interagem e manifestam desejos e curiosidades de modo bastante peculiares, devem servir de referência e de fonte de decisões em relação aos fins educacionais, aos métodos de trabalho, à gestão das unidades e à relação com as famílias.

A diversidade humana em todas as suas manifestações não deve ser simplesmente tolerada, mas explicitamente abordada em sua riqueza, apreciada em sua beleza e respeitada em suas singularidades. Ao considerar especificidades humanas (sensorial, motora, cognitiva, cultural ou comportamental) é preciso que estas sejam reconhecidas, levando-as em conta para garantir o direito ao aprendizado de tudo e de todos, não para diminuir as ambições formativas. (SANTA CATARINA, 2014, p.157)

Sendo assim, este Plano de Gestão ancora-se em documentos específicos como: a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8069/90, o Plano Nacional da Educação 2014, o documento de Política Nacional de Educação Infantil 2006 elaborado pelo COEDI/MEC, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Volume 1 e 2 de 2006, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394), de 20 de dezembro de 1996, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil de 2010, Proposta Curricular de Santa Catarina 2014, o Projeto Político Pedagógico, entre outros documentos norteadores que o Ministério da Educação disponibiliza, afim de igualar as oportunidades e proporcionar uma educação de qualidade, garantido o direito das crianças a viver a infância.

4.OBJETIVO GERAL

O objetivo deste plano é o alcance de patamares ainda mais significativos na qualidade da educação infantil, por meio da conciliação das demandas administrativas,

pedagógicas e financeiras, com transparência nos processos administrativos e financeiros, assegurando o processo pedagógico, a formação continuada, a efetivação do projeto político pedagógico, a inclusão de todos os envolvidos na educação das crianças, dentro dos princípios de uma gestão democrática-participativa, emancipatória, humana, inclusiva, com respeito a diversidade.

5. DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO

5.1 DIMENSÃO SÓCIO ECONÔMICA

Por meio da parceria entre a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina e Governos Municipal e Federal, inaugurou-se no dia 18 de março de 2008, o Centro Municipal de Educação Infantil Professora Leonir Pessate Alves, situado à Rua João Bachmann, 60, no bairro Ilha da Figueira, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

O bairro no qual o centro de educação está inserido é composto por empresas dos ramos metalúrgico e têxtil, o comércio local é bastante variado, contempla lojas, supermercados, farmácias, postos de gasolina, entre outros.

O CMEI¹ Prof.^a Leonir Pessate Alves é procurado pela comunidade local e por pais de outros bairros mais distantes por receberem boas indicações, de conhecidos que tiveram crianças matriculadas nessa unidade.

Realizamos com as famílias uma pesquisa diagnóstica, de cunho qualitativo, com perguntas abertas e fechadas.

Segundo Veiga (2003, p. 279),

[...] a inovação emancipatória é um processo de vivência democrática à medida que todos os segmentos que compõem a comunidade escolar e acadêmica participam dela, tendo compromisso com seu acompanhamento e, principalmente, nas escolhas da trilha que a instituição irá seguir. Dessa forma caminhos e descaminhos, acertos e erros não serão mais da responsabilidade da direção ou da equipe organizadora, mas do todo que será responsável por recuperar o caráter público, democrático, participativo da educação.

Sobre o perfil das famílias a pesquisa nos permitiu observar que:

Em relação a escolaridade: 29% dos pais possuem ensino médio, 11% possuem ensino fundamental, 12% possuem nível técnico, 31% possuem ensino superior, 9% possuem especialização, 3% possuem mestrado e 5% não possuem escolarização.

Em relação a idade: 18% das mães tem idade entre 18 e 25 anos, 58% tem idade entre 26 a 35 anos, 6% tem idade entre 36 a 45 anos e 8% tem idade entre 46 a 55anos de idade. Já os pais, 3% tem idade entre 18 e 25 anos, 45% tem idade entre 26 a 35 anos, 49% tem idade entre 36 a 45 anos e 3% tem idade entre 46 a 55anos de idade.

¹ Sigla para Centro Municipal de Educação Infantil.

As profissões dos pais são diversificadas, dentre elas identificamos: pedreiros, diaristas, operadores de máquinas, marceneiros, autônomos, bancários, dentistas e empresários. Em relação a moradia observou-se que 42% possuem moradia própria, 35% residem em moradia alugada, residem em casa, 10% residem em propriedade cedida e outros 13% não responderam a esta pergunta.

No que diz respeito ao tempo de residência na cidade: 5% não responderam, 2% residem a menos de 1 ano, 33% residem em Jaraguá do Sul entre 1 a 5 anos, 19% residem entre 6 a 10 anos e 41% residem em Jaraguá do Sul a mais de 10 anos.

Sobre a religião constatou-se: 73% são católicos, 12% são evangélicos, 10% não responderam, 3% são cristãos e 2% são kardecistas.

Em relação a renda das famílias: 17% recebem R\$1.500,00, de R\$1.500,00 a 2.600,00 totalizam 37%, de R\$2.600,00 a 4.600,00 são 32%, de R\$4.600,00 a 10.000,00 são 8%, de R\$10.000,00 a R\$17.000,00, 3% e acima de R\$17.000,00 são 3%.

Ao serem indagados sobre etnia, percebeu-se que houve uma discrepância muito significativa do entendimento de etnia, mesmo assim seguem as respostas conforme a percepção das famílias: 29% se declararam brancos, 14% italianos, 14% brasileiros, 12% alemães, 10% não responderam, 5% negra, 5% polonesa, 5% portuguesa, 2% caucasiana, 2% africana e 2% cabocla.

Ao serem perguntados sobre participação em atividades promovidas pelo CMEI, os pais afirmaram que 46% participam de reunião de pais, 45% de festas realizadas no decorrer do ano, 9% realizam algum tipo de voluntariado na comunidade.

Sobre atividades de lazer preferidas as famílias afirmaram que: 32% visitam parentes, 23% assistem televisão, 14% passeiam no shopping da cidade, 9% a pratica de esportes, 7% praticam pescaria, 4% vão ao teatro, 4% vão ao cinema, 2% andam de bicicleta, 2% passeios em parques, 2% vão à praia e 1% pratica caminhada.

A respeito dos assuntos que gostariam que a instituição abordasse em reuniões e palestras: os pais responderam que 14% querem saber mais sobre o desenvolvimento infantil, 13% sobre a relação entre crianças e professoras, 11% querem saber mais sobre agressividade infantil, 11% convivência social, 11% sobre o trabalho pedagógico que o Centro realiza, 10% sobre limites e educação, 10% afetividade entre pais e filhos, 9% a importância do brincar, obras e investimentos realizados, 4% afirmam ter mais interesse em saber sobre a prestação de contas do CMEI, e apenas 1% gostaria de saber mais sobre saúde da mulher.

Ao serem indagados a respeito das decisões tomadas pela gestão nos aspectos financeiros, administrativos e pedagógicos, 79% afirmam que sabem por meio dos bilhetes na agenda, 19% não sabem e 2% não responderam à pergunta.

Sobre importância em realizar eventos e rifas: 93% respondeu que considera importante, 5% não considera ser este o papel do CMEI, e 2% não responderam.

Sobre a proposta pedagógica: 49% afirmam que já ouviram falar a respeito, 31% afirmam ter conhecimento, 20% desconhece a proposta pedagógica que orienta a instituição em sua ação pedagógica, 93% das famílias gostariam de saber mais sobre a proposta pedagógica.

Referente a pergunta sobre a existência de exclusão: 93% das famílias responderam que não existe, 5% não responderam à questão, e 2% afirmaram que sim.

5.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Assim como afirma a resolução de 5, de dezembro de 2009 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (D.C.N.E.I), esse Centro Municipal de Educação Infantil (C.M.E.I) entende que a Educação Infantil é uma modalidade da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Sendo assim, a Educação Infantil tem a especificidade de proporcionar às crianças as primeiras experiências e vivências fora do espaço doméstico e do aconchego familiar.

É importante destacar que a Educação Infantil tem por base legal alguns documentos específicos como: a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8069/90, o Plano Nacional de Educação 2014, o documento de Política Nacional de Educação Infantil 2006 elaborado pelo COEDI/MEC, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Volume 1 e 2 de 2006, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394), de 20 de dezembro de 1996, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil de 2010, o Projeto Político Pedagógico do Centro. Esses documentos e outros têm por finalidade orientar os profissionais que atuam nessa modalidade de ensino sobre o Currículo, funcionamento e legislação da Educação Infantil.

O currículo da Educação Infantil é “o conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral [...]” das crianças, (DCNEI, 2009, p.12). As práticas pedagógicas na educação infantil, de acordo com a Diretrizes (DCNEI, 2009, 25) devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira.

Quando a criança chega ao C.M.E.I., esse universo se amplia e as Interações se intensificam. A partir disso, a professora privilegia os momentos de Interação nos espaços da instituição, os quais acontecem quando os pares encontram-se. Isto é, encontro entre criança e professora, crianças da mesma idade e/ou de idades diferentes, com professoras de outras salas, com outros profissionais da Instituição, com membros das famílias, com a comunidade.

A brincadeira é uma atividade privilegiada, cujas interações possibilitam a construção de significados compartilhados, faz parte do processo de desenvolvimento na infância. Dessa forma, crianças produzem cultura quando brincam. O brincar e a brincadeira emergem como uma das práticas culturais mais constantes na infância, é sempre uma experiência transformativa, que consome um espaço e um tempo e é intensamente real para a criança.

As brincadeiras acontecem diariamente de diversas formas e com diferentes parceiros nos diferentes espaços e com os diversos materiais e brinquedos. Constroem conhecimento e desenvolvem a imaginação, a criatividade, as capacidades emocionais,

motoras, cognitivas e relacionais. Exploram todos os espaços, materiais, movimentos e brinquedos assim como elementos da natureza, ampliando seu conhecimento de mundo.

O currículo é o caminho a ser planejado sendo o coração que entrelaça o pensar e o fazer pedagógico, fundamentado na concepção que temos de criança, infância, educação e de mundo. Nessa perspectiva, o sentimento de infância é algo que caracteriza a criança, a sua essência enquanto ser, o seu modo de agir e pensar, que se diferencia do adulto, e, portanto, merece um olhar específico.

A Proposta Curricular de Santa Catarina (2014, p.26.) diz que a educação integral na perspectiva histórico-cultural, torna-se evidente a busca por uma formação que considere a emancipação, a autonomia e a liberdade como pressupostos para uma cidadania ativa e crítica, que possibilite o desenvolvimento humano pleno e a apropriação crítica do conhecimento e da cultura. Nessa perspectiva, a apropriação do conhecimento e da cultura são adquiridas nas vivências e experiências, que são contempladas nos projetos, no planejamento e na rotina.

Os projetos abrem uma rede de possibilidades de experiências com as quais a criança vai se apropriando de sua cultura e do legado deixado pela humanidade e assim vai criando hipóteses sobre o mundo que a cerca. Os projetos partem do interesse das crianças ou da intencionalidade do mediador pedagógico resolver uma situação-problema.

O brincar nos espaços de educação da criança de 0 a 5 anos é núcleo em torno do qual se organiza o cotidiano. Esse cotidiano, historicamente organizado como categoria pedagógica, segundo Barbosa (2006), é denominado de Rotina, uma categoria pedagógica específica do currículo da Educação Infantil, que deve ser sistematizada. Assim, pensamos, planejamos e organizamos o tempo, espaço e os materiais para o dia a dia com as crianças pequenas.

A partir da promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em 2010, as instituições que atendem às crianças de 0 a 5 anos encontram parâmetros para estruturar o cotidiano, apontando experiências e vivências de aprendizagem, como também o entendimento de que as práticas pedagógicas devem ser intencionalmente planejadas e avaliadas.

Os profissionais da educação infantil, ao iniciarem os trabalhos, observam e percebem a criança, centro do planejamento curricular, como sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere.

A documentação pedagógica é um conjunto de ferramentas que auxiliam o educador a registrar a trajetória do seu grupo de crianças de forma coletiva e individual. Cada educador ao longo de sua história como profissional vai desenvolvendo e criando inúmeras formas de registrar o processo de aprendizagem. No entanto, são seguidas as orientações da Secretária Municipal de Educação para a documentação pedagógica que tem três pilares fundamentais:

Planejamento: Observar as crianças nas interações com os outros e nos espaços durante a rotina e as brincadeiras. Assim vamos obtendo elementos para nortear a nossa prática valendo-se dessas observações além de leituras sobre as especificidades da faixa etária na qual cada um atua, para intencionalizar as ações com as crianças.

Registro: O registro acontece durante o processo, onde construímos uma memória sobre o grupo e sobre cada criança, utilizando diversos recursos como mídia, relatórios, portfólios, murais, exposição etc.

Avaliação: A avaliação serve tanto para refletir o desenvolvimento das crianças como a prática de cada educador. É também uma forma de registro resumida sobre o cotidiano da criança, além de relatar as experiências mais significativas vivenciadas por ela durante o semestre. Sendo um documento oficial de comunicação com os pais. A Avaliação é descritiva, feita duas vezes ao ano. Em julho é entregue aos pais em uma reunião individual e no final do ano é entregue pessoalmente, mas, sem reunião. Assim como a legislação a segura, em seu artigo 10 (D.C.N.E.I., 2010), esse relatório/avaliação não tem o objetivo de preparar, de classificar, de dar nota, de reprovar ou de aprovar.

Esse modo de avaliar o processo respeita as formas como as crianças vivenciam o mundo, constroem conhecimentos, manifestam-se em diferentes linguagens e interagem, serve de referência para tomada de decisões em relação aos fins educacionais e métodos de trabalho. Para tanto, a primeira ação do/a profissional da Educação Infantil em direção ao ato de avaliar é o acolhimento para consigo mesmo. Quais são minhas dificuldades? Onde acredito que se ancoram meus valores e minhas crenças? Como percebo minha prática pedagógica? O segundo passo é acolher a criança. Acolhendo a criança em sua peculiar forma de se relacionar com o mundo e atribuir sentido às suas experiências, o/a professor/a próprio terá caminhado muito em direção ao seu fazer pedagógico e sua prática.

No início do ano letivo, os professores e demais funcionários participam de uma reunião pedagógica, para organizar e sistematizar as práticas pedagógicas coletivas. Ao longo do ano conforme as necessidades são realizadas mais reuniões, assim como, grupos de estudo. Os pais, professores e demais funcionários também fazem uma reunião no início do ano, a mesma se dá em dois momentos, no primeiro, com todos os pais reunidos ocorre a fala da Diretora, em seguida todos são direcionados para a sala de seu filho (a) com o objetivo de conversar com a professora.

A APP e o Conselho Escolar reúnem-se uma vez ao mês (geralmente), para discutir ideias, resolver problemas e definir/planejar metas.

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) promove três encontros anuais chamados de Parada Pedagógica com todos os professores (as) com o intuito de capacitar e ampliar as práticas pedagógicas.

Os pais e a comunidade têm acesso as vivências e experiências das crianças no blog do C.M.E.I., nas exposições, na venda de fotos individuais (disponibilizada para a família), na mostra de trabalho que ocorre uma vez ao ano em toda a cidade e na avaliação descritiva.

O processo de matrícula ocorre da seguinte forma: ao ser informado da existência de uma vaga, a família tem dois dias para procurar a instituição para receber pessoalmente as orientações sobre a documentação a ser providenciada para efetivação da matrícula.

A matrícula é agendada para uma data que coincida com o dia de hora atividade da professora da respectiva turma que a criança frequentará. No dia agendado a secretária realiza a parte administrativa e burocrática da matrícula e a enfermeira juntamente com a futura professora da criança, realizam juntas a matrícula do que se refere a saúde, educação e cuidados da criança. A isso chamamos de entrevista de matrícula, onde a família responde a um questionário com diversas perguntas. Nesse momento a professora orienta a família, sobre o período de inserção da criança, e procura saber sobre as especificidades de cada uma, com a finalidade de proporcionar um atendimento de qualidade para a criança e transmitir mais segurança para a nova família. Ao final da matrícula a professora leva os novos membros da instituição até a sala da criança e apresenta as demais dependências da unidade.

Para realização da matrícula são necessários os seguintes documentos: Certidão de nascimento da criança, carteirinha de vacinação da criança, RG dos pais ou responsáveis legais da criança, comprovante de residência em nome dos pais ou responsáveis, declaração de trabalho dos pais ou responsáveis, folha ou comprovante de pagamento dos pais ou responsáveis e a receita médica autorizando o uso de paracetamol em caso de febre.

5.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

A equipe gestora do centro de educação é composta por uma diretora que está cursando mestrado em educação, esta é responsável por dirigir e conciliar as demandas administrativas, financeiras e pedagógicas da instituição, em parceria com a Associação de Pais e Professores e Conselho Escolar.

Uma secretaria efetiva, formada em pedagogia, com especialização em Neuropsicopedagogia com Ênfase em Educação Especial Inclusiva, cursando Especialização em Gestão Escolar, que é responsável por toda a parte burocrática e documental da instituição. Uma recreadora efetiva que encontra-se em readaptação por motivo de saúde, que realiza trabalhos de assessoria pedagógica aos professores e responde diretamente a diretora. Uma técnica em enfermagem, efetiva com curso técnico em enfermagem, que presta atendimento de acompanhamento do peso e altura das crianças, o cumprimento do calendário de vacinação, verificação de temperatura, ministrando medicamentos sob receita médica, esterilização de mamadeiras, chupetas e brinquedos. Também é responsável pelo acompanhamento da escovação e higiene bucal.

O quadro de funcionárias é formado por 09 professoras de educação infantil, todas com 8 possuem especialização, 02 recreadoras com especialização, 01 atendente de berçário com especialização, 06 auxiliares de sala, todas com especialização.

O serviço de alimentação é composto por três agentes de alimentação e nutrição com ensino médio completo.

O serviço de limpeza é realizado por 4 agentes de limpeza e conservação, duas possuem ensino fundamental completo, uma possui ensino médio completo e outra cursa ensino superior em pedagogia.

O plano de valorização dos servidores é provido pela mantenedora Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, com um plano de cargos e salários, Programa de Desenvolvimento Humano onde são oferecidos minicursos e palestras para servidores de todas as áreas, 13º salário, vale- alimentação, vale transporte,

O atendimento aos pais acontece com eficácia e clareza, primando por princípios de ética, cordialidade e competência, em livre demanda ou com horários previamente agendados com a diretora ou diretamente com a professora nos dias de hora atividade da mesma, salvo em situações onde a família solicita urgência.

Durante todo o ano está à disposição das famílias uma caixa de sugestões e críticas onde elas podem manifestar-se livremente. As sugestões e ou melhorias são levadas ao conselho escolar em reunião mensal e a devolutiva das mesmas é exposta em mural.

Ao final de cada ano, é enviado aos pais uma avaliação institucional onde as famílias têm a oportunidade de sugerir novas ações, bem como propor mudanças nas mais diversas áreas que sentirem necessidade, e avaliar todos os setores da instituição.

Ao final de cada ano é disponibilizada as funcionárias um formulário onde todos podem colocar as metas que consideram necessárias para o ano seguinte, estas metas são avaliadas, pelo conselho escolar e APP.

Cada evento realizado pelo Centro de Educação também é avaliado pelos pais de forma escrita e um feedback é repassado aos servidores e pais, pela agenda das crianças.

Os pais têm participação nas ações do centro de educação através da associação de pais e professores e conselho escolar, que se reúne mensalmente para deliberar sobre as demandas financeiras e administrativas.

A comunidade local tem participação nas atividades, através de eventos como festa junina, noite cultural e noite do pastel e mostra de trabalhos pedagógicos.

5.4 DIMENSÃO FINANCEIRA

Os recursos financeiros da instituição provêm de quatro instâncias: Federal, Municipal, Recursos próprios e doações. Do Governo Federal recebe o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). Os recursos recebidos deste programa são aplicados conforme regulamentação do programa: cinquenta por cento em custeio e outro cinquenta por cento em capital e realizada prestação de contas em formulários específicos.

Da unidade mantenedora recebe bimestralmente verbas por meio da Descentralização Financeira. Os recursos oriundos da descentralização financeira são aplicados de acordo com a legislação do programa, ou seja, deve ser utilizado somente para manutenção da instituição.

Os recursos da APP e doações são aplicados conforme preconiza o estatuto da Associação de Pais e Professores que orienta que sejam aplicados cinquenta por cento da arrecadação diretamente para benefício da criança e outro cinquenta por cento em manutenção e estrutura em geral. Salvo em caso de necessidade maior os percentuais são alterados mediante aprovação da APP e Conselho Escolar.

O CMEI promove eventos com a finalidade de integrar as famílias e arrecadar verbas para execução do plano de metas da instituição.

5.5 DIMENSÃO FÍSICA

Com área territorial de 2.632,28 m², o Centro Municipal Professora Leonir Pessate Alves, conta com uma rampa no hall de entrada para acessibilidade, 07 salas de referência (sala de aula), refeitório, ambulatório, 04 banheiros infantis, lavanderia, cozinha, secretaria e direção conjugadas, 01 sala para descanso dos funcionários, 01 sala de planejamento, 01 depósito de materiais, 02 banheiros para os funcionários, 01 parque externo divididos em dois ambientes, 01 parque interno com grama sintética, solário para os berçários, 01 espaço para pinturas e manuseio de materiais alternativos em área externa e outro em área interna que chama-se ateliê e área de elementos naturais, onde estão dispostos materiais como pedras, areia, madeiras, grama, cavacos, entre outros conforme disponibilidade.

Devido ao pouco tempo de construção, o prédio encontra-se em boas condições de manutenção e conservação, as salas constam com um mobiliário em ótimo estado de conservação e limpeza. Cada uma delas possui televisão, aparelho de DVD, ar condicionado, ventilador, purificador de água, brinquedos e jogos variados. Os professores têm à disposição outros recursos para suas salas: aparelho de som, máquinas fotográficas e data show, caixa amplificadora, microfones, notebooks, reservados na secretaria para uso coletivo.

Nosso Centro Municipal possui um diferencial em relação a segurança das crianças, mesmo não houve incidente na instituição. Dispõe de sistema de biometria para acesso das famílias, onde são cadastradas as digitais dos familiares autorizados a entrada ao espaço infantil. Portanto, apenas pessoas cadastradas podem adentrar livremente a instituição, as demais necessitam aguardar a autorização de uma funcionária no hall de entrada.

6. FRAGILIDADES

Em pesquisa diagnóstica com os pais e funcionárias, essa apontou para muitos elogios à instituição como: ótima organização e limpeza, eficiência na comunicação via agenda, ótimo atendimento para com as crianças, pais e comunidade.

Os pais são favoráveis a realização de eventos financeiros por parte da instituição por considerarem a estrutura predial uma questão imprescindível ao fazer pedagógico. Em contrapartida, alegaram ter interesse em saber mais sobre a concepção pedagógica que norteia esse espaço infantil. Assim, sugeriram algumas ações pedagógicas mais efetivas em relação a alimentação das crianças.

Diante de conversas e em pesquisa diagnóstica realizada com as funcionárias constatou-se que elas também relatam muitos pontos positivos, porém ainda apontam para a necessidade de algumas melhorias pedagógicas e administrativas.

O grupo de trabalho sugeriu melhorias como: cumprimento de normas por parte da gestão, melhorias no relacionamento interno, igualdade de regras para todos, melhorias na comunicação interna entre gestão e funcionárias, tratamento igualitário em relação as famílias no tocante ao cumprimento de normas, cumprimento da data de entrega e materiais pedagógicos, maior tempo de permanência do gestor dentro da instituição no contato direto com o grupo, atualização do acervo de inclusão e diversidade, melhorias no acervo musical, mais informações sobre as questões financeiras da instituição.

No relato de algumas educadoras as questões pedagógicas deveriam estar em primeiro plano em detrimento aos eventos realizados ao longo do ano, com objetivos financeiros e de integração.

7. METAS

Viabilizar recursos para que as ações pedagógicas aconteçam dentro dos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, pautado no PPP, com comprometimento, qualidade, ética e respeito à diversidade e a inclusão.

Conduzir as demandas administrativas e financeiras de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade, em parceria com a comunidade escolar e local, buscando a segurança e a qualidade das ações pedagógicas.

Realizar melhorias, reformas, aquisições e adequações necessárias à segurança, acessibilidade, bem estar das crianças e funcionários, respeitando também os desejos e anseios das crianças quanto às mudanças nos brinquedos e espaços.

Oferecer e oportunizar a formação continuada aos professores e aos demais funcionários.

8. AÇÕES

Dimensão	Pedagógica
Ação	Projeto coletivo sobre Diversidade.
Objetivos específicos	Promover ações que visem proporcionar a criança o acesso a vivências e experiências por meio da arte, dança, cultura entre outros.
Período:	2017 a 2020
Público Alvo:	Crianças
Recursos:	APP, Descentralização Financeira e doações
Responsáveis pela ação:	Equipe gestora, funcionárias e parcerias.

Dimensão	Pedagógica
Ação	Projeto coletivo: Família no CMEI
Objetivos específicos	Inserir a família dentro do contexto do CMEI.
Período:	2017 a 2020
Público Alvo:	Pais e Crianças
Recursos:	APP, Descentralização financeira e doações
Responsáveis pela ação:	Equipe gestora e funcionárias

Dimensão	Pedagógica
Ação	Manter o grupo de estudos no período noturno.
Objetivos específicos	Promover reflexão e conhecimento sobre temas pertinentes a educação infantil ou outros temas sugeridos pela equipe.
Período:	2017 a 2020
Público Alvo:	Professoras e demais funcionárias
Recursos:	APP e parcerias
Responsáveis pela ação	Equipe gestora e parcerias.

Dimensão	Pedagógica
Ação	Projeto Coletivo sobre educação alimentar e nutricional.
Objetivos específicos	Favorecer o desenvolvimento de ações de promoção da alimentação saudável.
Período:	2017 a 2020
Público Alvo:	As crianças, funcionárias e pais do CMEI
Recursos:	APP, Descentralização e doações
Responsáveis pela ação:	Equipe gestora, funcionárias e parcerias.

Dimensão	Pedagógica
Ação	Projeto coletivo sobre literatura.
Objetivos específicos	Incentivar a prática da leitura.
Período:	2017 a 2020
Público Alvo:	Crianças/pais

Recursos:	APP
Responsáveis pela ação:	Equipe gestora e professoras.

Dimensão	Pedagógica
Ação	Projeto coletivo sobre sustentabilidade
Objetivos específicos	Incentivar estilo de vida saudável e práticas sustentáveis.
Período:	2017 a 2020
Público Alvo:	Crianças, pais e funcionárias.
Recursos:	APP e parcerias
Responsáveis pela ação:	Equipe gestora, funcionárias e comunidade escolar.
Dimensão	Pedagógica
Ação	Promover a Festa da família ou festa junina
Objetivos específicos	Integrar o CMEI e a comunidade.
Período:	2017 a 2020
Público Alvo:	Crianças, pais, funcionárias e comunidade escolar
Recursos:	APP e parcerias
Responsáveis pela ação:	Equipe gestora, pais e funcionárias.

Dimensão	Pedagógica
Ação	Promover passeios e visitas a museus, teatros, cinemas, entre outros.
Objetivos específicos	Proporcionar a formação integral da criança, oportunizando acesso as diferentes formas de vivências e experiências no espaço externo da instituição.
Período:	2017 a 2020
Público Alvo:	Crianças
Recursos:	APP e parceria dos pais
Responsáveis pela ação:	Equipe gestora e professoras

Dimensão	Administrativa
Ação	Realizar a avaliação Institucional anualmente
Objetivos específicos	Perceber os pontos positivos e fragilidades em todos os segmentos do CMEI, a fim de elaborar um plano de ação.
Período:	2017 a 2020
Público Alvo:	Pais/funcionárias
Recursos:	APP
Responsáveis pela ação:	Equipe gestora

Dimensão	Administrativa
Ação	Reuniões mensais com APP e Conselho Escolar
Objetivos específicos	Garantir o efetivo exercício dos mesmos.
Período:	2017 a 2020
Público Alvo:	App e Conselho Escolar
Recursos:	APP
Responsáveis pela ação:	Equipe gestora

Dimensão	Administrativa
Ação	Reuniões em pequenos grupos, por área de atuação.
Objetivos específicos	Ouvir as demandas e desenvolver um plano de ação em conjunto para sanar as necessidades que a equipe possa apresentar.
Período:	2017 a 2020
Público Alvo:	Funcionárias
Recursos:	APP
Responsáveis pela ação:	Equipe gestora.
Dimensão	Administrativa
Ação	Palestras informativas
Objetivos específicos	Informar os pais e responsáveis referente a temas sugeridos pelos mesmos.
Período:	2017 a 2020
Público Alvo:	Pais e Responsáveis
Recursos:	APP
Responsáveis pela ação:	Equipe gestora e parcerias

Dimensão	Administrativa
Ação	Análise e reelaboração das atuais normativas internas.
Objetivos específicos	Garantir a efetivação e legitimidade das normativas.
Período:	2017 a 2020
Público Alvo:	Funcionários
Recursos:	APP
Responsáveis pela ação:	Equipe gestora e funcionárias

Dimensão	Administrativa
Ação	Atualização periódica do blog do CMEI e maior divulgação.
Objetivos específicos	Divulgar o trabalho pedagógico/administrativo do CMEI
Período:	2017 a 2020
Público Alvo:	Crianças, pais, funcionárias e comunidade escolar.
Recursos:	APP, Descentralização Financeira e doações
Responsáveis pela ação:	Equipe gestora

Dimensão	Financeira
Ação	Buscar parcerias na comunidade.
Objetivos específicos	Buscar parcerias ou colaboradores que tenham interesse em cooperar nas diferentes necessidades que o CMEI possa apresentar.
Período:	2016/2019
Público Alvo:	Crianças e funcionárias
Recursos:	APP e doações
Responsáveis pela ação:	Equipe gestora, APP e Conselho Escolar

Dimensão	Financeira
Ação	Promover ações para captação de recursos.
Objetivos específicos	Garantir o atendimento de qualidade
Período:	2017 a 2020
Público Alvo:	Crianças/funcionárias/pais
Recursos:	APP e doações
Responsáveis pela ação:	Equipe gestora, APP, Conselho Escolar e funcionárias

Dimensão	Financeira
Ação	Aplicar os recursos financeiros de acordo com as prioridades elencadas pelos pais, e funcionários.
Objetivos específicos	Garantir de execução dos processos pedagógicos e administrativos das atividades educacionais.
Período:	2017/2020
Público Alvo:	Comunidade escolar
Recursos:	APP, Descentralização, PDDE
Responsáveis pela ação:	Equipe Gestora , APP e Conselho Escolar

Dimensão	Física
Ação	<p>Reforma do parque externo.</p> <p>Reforma do piso dos solários.</p> <p>Aquisição de um fogão industrial para cozinha.</p> <p>Aquisição de um forno elétrico para cozinha</p> <p>Instalação de portas no balcão da pia da cozinha,</p> <p>Reforma dos armários da despensa da cozinha.</p> <p>Trocas das portas estragadas pela umidade.</p> <p>Aquisição de uma máquina de costura.</p> <p>Aquisição de computadores para secretaria e sala de hora atividade e salas de aula dos maternais e prés.</p> <p>Reorganizar os móveis dos cantinhos das salas de aula.</p> <p>Aquisição de tapetes novos e almofadas para salas de aula.</p> <p>Aquisição de máquina fotográfica de alta resolução.</p> <p>Instalação de sonorização no parque interno.</p> <p>Instalação de câmera de segurança no hall de entrada do CMEI.</p> <p>Manutenção em geral, filtros de agua, condicionadores de ar, extintores, caixa d'agua, serviço de jardinagem, limpeza de toldos....entre outros.</p>
Objetivos específicos	Garantir as crianças e funcionárias um ambiente diversificado, aconchegante, confortável e seguro, proporcionando maior acessibilidade, comodidade, praticidade e a possibilidade de todos usufruírem melhor os recursos já existentes.
Período:	2017/2020
Público Alvo:	Crianças, funcionárias e comunidade
Recursos:	APP, Descentralização, PDDE

9.AVALIAÇÃO DO PLANO

Heloisa Lück (2009) propõe uma série de competências para a efetivação do acompanhamento, que denomina de monitoramento de processos educacionais e deve ser aliado à avaliação institucional. Destaca que os dois procedimentos são aspectos do mesmo processo, qual seja, qualificar o trabalho da escola.

O acompanhamento e avaliação deste plano de gestão, acontecerão de forma contínua e reflexiva, com base em observações, relatos e registros de resultados e processos, obtidos através de avaliações e feedbacks fornecidos pela equipe gestora, funcionárias e comunidade escolar.

Estas reflexões e avaliações servirão como base para novas reformulações ou adaptações, bem como proposição de novas ferramentas que visem o aperfeiçoamento das práticas educativas e administrativas, por conseguinte, a melhoria da qualidade na educação infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“É preciso fundamentar a concepção de qualidade na educação em valores sociais mais amplos, como o respeito ao meio ambiente, o desenvolvimento de uma cultura de paz e a busca por relações humanas mais solidárias.” (BRASIL, 2009.p,14.)

O plano de gestão só terá sua exequibilidade, se pautar suas metas pedagógicas/administrativas e financeiras, no Projeto Político Pedagógico, no trabalho de equipe, com planejamento, acompanhamento e avaliação dos processos.

Ao gerirmos o espaço educativo nos preceitos de autonomia, democracia, respeito a diversidade, envolvendo toda a comunidade escolar, certamente, poderemos assegurar o padrão de qualidade na educação infantil que tanto almejamos.

Assim, tudo que pudermos fazer para que a comunidade escolar participe das ações da instituição, parecerá pouco, face o imenso trabalho que se propõe a educação infantil.

Contudo, se concordamos com (FONSECA,1994,p.49) quando ele diz que: “(...) uma escola não é democrática só por sua prática administrativa. Ela torna-se democrática por suas ações pedagógicas e essencialmente educativas” nenhum esforço será em vão, desde que o desejo da prática democrática esteja vivo no pensamento dos agentes envolvidos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M.C.S. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BORDIGNON, Genuíno. Democratização e descentralização da educação: políticas e práticas. **Revista Brasileira de Administração Escolar**. V. 9. Brasília, 1993. p.p 71 - 86.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Lei federal de 5/10/1988. Brasília (DF): Senado Federal, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**/Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL, MEC/SEB/COEDI; MORAES, Z. de M. R. de. **O currículo na educação infantil: o que propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais?**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases**. Nº 9394/96. Brasília. MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília, DF:MEC, 2006.

BRASIL. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil** /Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, 2006.

CANAVIEIRA, F. O. **A educação infantil no olho do furação: o movimento político e as contribuições da sociologia da infância**. (Dissertação de Mestrado), Campinas, SP: Unicamp, 2010.

DIAS, Sobrinho, José. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis -RJ: Vozes,2000.

FONSECA, Dirce Mendes da. Gestão e educação. In: **Revista Universidade e Sociedade**, ano IV, 7 junho 1994.

LIBANEO, J.C. **Organização e gestão na escola**. Goiânia: alternativa, 2004.

LÜCK, Heloísa et al . **A escola Participativa: o trabalho do gestor escolar**. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **A gestão participativa na escola**. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (Disciplinas Curriculares)**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina:Estudos Temáticos**. Florianópolis: IOESC, 1998.

SANTA CATARINA. Governo Do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação integral na educação básica**. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da educação. 2014

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Leonir Pessate Alves**. Jaraguá do Sul, 2016.

VEIGA, Ilma Alencastro Passos. **Inovação e Projeto Político Pedagógico: uma relação Regulatória ou Emancipatória?** São Paulo: Cortez, 2003.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Planejamento Participativo na Escola: um desafio ao educador**. São Paulo: EPU, 1986.

